

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA PRÁTICA ESCOLAR**

Flávio Penteadó de Souza¹; Alana Sara Zimmermann²

¹Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Docente do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UNEMAT, campus de Sinop-MT. Membro do Núcleo de Estudos sobre Africanidades, Diáspora e População Negra “Encrespar” da UNEMAT/Sinop.
E-mail: flavio.penteadó@unema.br

²Mestra em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLetras) pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Membro do Núcleo de Estudos sobre Africanidades, Diáspora e População Negra “Encrespar” da UNEMAT/Sinop.
E-mail: alana.zimmermann@unemat.br

Resumo: O presente artigo trata sobre experiências desenvolvidas a partir de uma formação continuada voltada a professores do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, realizada em um município do estado de Mato Grosso, no ano de 2024. A formação teve como objetivo central promover discussões teórico-práticas para fortalecer a ação docente, em consonância com a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, conforme estabelece a Lei 10.639/03. A formação continuada foi desenvolvida em duas etapas. Na primeira, realizaram-se discussões teóricas sobre conceitos relacionados à educação antirracista e ao letramento racial, bem como sobre o impacto dessas questões na dinâmica escolar frente ao combate ao racismo e preconceito. Na segunda etapa, foram apresentadas propostas práticas de como desenvolver experiências antirracistas em sala de aula com os estudantes, tais como: oficina de bonecas *Abayomi* e a brincadeira Labirinto de Moçambique. Após vivenciarem as experiências práticas na formação, os professores participantes tiveram como tarefa implementar ações em suas aulas durante o mês de novembro. Como resultados, destaca-se a ampliação do conhecimento teórico dos docentes, considerando o desconhecimento de muitos acerca da Lei 10.639/03, bem como dos conceitos de educação antirracista e letramento racial. Tais práticas evidenciaram-se na adoção de estratégias críticas e criativas pelos professores em sala de aula, promovendo o protagonismo dos estudantes e o fomentando a valorização da cultura e identidade africana e afro-brasileira na escola.

Palavras-Chave: Formação Continuada. Letramento Racial. Educação Antirracista. Lei 10.639/03.

Introdução

A formação continuada tem sido um dos subsídios essenciais para o fortalecimento e o desenvolvimento da ação docente nas instituições de educação básica, pois possibilita, a partir

do diálogo e da troca de saberes a atualização dos conhecimentos entre os professores na instituição de ensino que atuam. A formação continuada, como ressaltam Souza et al. (2020), também é concebida como uma forma de preencher lacunas e carências deixadas por uma formação inicial fragilizada, tendo em vista os múltiplos saberes e conhecimentos que não conseguem ser contemplados nos currículos dos cursos de formação de professores.

A partir desse contexto, compreendemos que a descolonização dos currículos dos cursos de formação de professores no Brasil e a inserção de práticas pedagógicas antirracistas são processos recentes, que ganharam maior força apenas com a implementação da Lei 10.639/03. Lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em instituições públicas e privadas (Brasil, 2003).

Esta lei impactou de forma positiva o fomento a práticas de combate ao racismo e ao preconceito, além de criar espaço para discussões sobre a valorização das contribuições da população preta para o desenvolvimento do país de forma geral. O que conseqüentemente, tornou-se parte integrante dos conteúdos propostos em alguns cursos de formação de professores, como apontam Veras et al. (2021).

Alves (2018) afirma que por mais que existam cursos que contam com disciplina específica que aborda a proposta da diversidade étnico-racial e promova o letramento racial dos professores em formação inicial, a maioria propõe apenas discussões de forma transversal em outras disciplinas que tenham relação com o assunto. O que de certa forma não propicia uma formação mais direta e efetiva sobre a proposta da Lei 10.639/03, e que conseqüentemente não prepara os professores em formação inicial para atuarem de forma mais capacitada, segura e crítica em sala de aula.

A proposta de realizar este estudo partiu da perspectiva do *déficit* de conhecimento por parte de alguns professores sobre a educação antirracista e o letramento racial, além das dificuldades apresentadas em trabalhar com práticas pedagógicas antirracistas em sala de aula. Tendo como objetivo central promover discussões teórico-práticas para fortalecer a ação docente, em consonância com o que estabelece a Lei 10.639/03 sobre a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana na educação básica.

Nesse sentido, a formação continuada caracteriza-se então como uma forma de propor subsídios teóricos e práticos para que os professores superem os desafios encontrados na prática docente diária (Pena, 1999). Ao realizar este estudo buscamos propor diálogos a partir da

análise da realidade educacional vivenciada em uma instituição pública municipal do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, situada no norte do estado de Mato Grosso.

O presente artigo apresenta de forma contextualizada as experiências vivenciadas por professores graduados em Educação Física, Letras e Pedagogia, em uma formação contínua sobre “a implementação da Lei 10.639/03 na prática escolar” realizada no mês de novembro do ano de 2024. Para além disso, também são discutidos os impactos e os resultados da formação continuada para a prática docente dos professores participantes.

Debatendo a Educação Antirracista no Contexto Educacional

A educação antirracista é uma concepção educacional que visa a conscientização e superação do racismo no contexto escolar. A educação antirracista busca promover a equidade, fomentar a valorização da diversidade, da história, cultura e identidade afro-brasileira e africana. De acordo com a *Cartilha Antirracista - Projeto letramento racial: como forma de combate ao racismo* produzida por Valente et al. (2023, p. 7), o “antirracismo pode ser entendido como um conjunto de práticas que auxiliam no enfrentamento e combate ao racismo. Trata-se, portanto, da oposição ao racismo, ao preconceito, à discriminação racial e às práticas e teorias racistas”.

Em contribuição a isso, Moraes (2021, p. 15) afirma que para promovermos verdadeiramente uma educação antirracista é necessário a todo o sistema educacional “[...] aprender a desaprender condutas que nos levam a dar pouca importância ou a fingir não enxergar atitudes e sinais racistas em pessoas e situações”. Tendo em vista que a escola também (re)produz práticas de racismo quando negligencia ou invisibiliza situações racistas que ocorrem no cotidiano escolar.

O racismo não está presente unicamente na escola e ele é caracterizado como uma forma de discriminação que atua como uma ferramenta opressora que parte da concepção ideológica do negro enquanto um sujeito de raça inferior. Galindo et al. (2023, p. 10) afirmam que “o racismo é a discriminação de pessoas com base em características físicas e aspectos socioculturais. É um conjunto de ideias, pensamentos e ações que partem do pressuposto da existência de raças superiores e inferiores”. Diante disso, compreendemos que, por vezes, crianças, jovens e adultos negros são expostos a situações de violência, constrangimento e discriminação. Contudo, a escola, enquanto espaço político de formação humanizadora, não

deve (re)produzir esses padrões e, por meio da educação, deve pensar em estratégias para combatê-las.

A escola, como instituição responsável pela formação de cidadãos, deve ser um ambiente que respeite e valorize as diversidades étnico-raciais, oferecendo oportunidades iguais para todos os estudantes. No entanto, muitas vezes, ela acaba por reproduzir práticas discriminatórias, seja pela ausência de uma abordagem crítica sobre a questão racial, seja pela falta de capacitação adequada dos professores (Pereira et al., 2024, p. 3).

Compreendemos que nem sempre os professores sentem-se preparados para atuar de forma crítica e consciente diante de situações de preconceito, racismo e discriminação que ocorrem no ambiente escolar, o que os levam, muitas vezes, a ignorar práticas racistas e, conseqüentemente, contribuir para a perpetuação do racismo na instituição em que atuam. Para Valente e Dantas (2021), isso, por vezes, é consequência da falta de letramento racial por parte dos docentes, o que pode impedi-los de identificar situações de preconceito vivenciadas pelos estudantes.

A partir do material produzido por Neves e Mariano (2022, p. 4), a *Cartilha de Letramento Racial* podemos compreender que o letramento racial é definido como um:

[...] conjunto de práticas educativas voltadas para a compreensão da origem do racismo, seu funcionamento e mecanismos. O letramento racial também é uma importante ferramenta no processo de criação de uma sociedade antirracista. Para que possamos pensar em nosso papel na sociedade e compreender o racismo estrutural não como um impedimento à ação, mas, sim, como uma realidade que precisa ser questionada e combatida.

A formação continuada caracteriza-se como uma proposta essencial para que os professores aprendam sobre a educação antirracista, para que assim tenham de fato letramento racial e passem a olhar para a educação de forma crítica e social (Pereira et al., 2024). Nessa perspectiva Wengzynski e Tozetto (2012, p. 4) afirmam que a formação continuada apresenta profundas contribuições para o desenvolvimento da prática docente, pois:

A formação continuada contribui de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento profissional do professor, cujo objetivo entre outros, é facilitar as capacidades reflexivas sobre a própria prática docente elevando-a a uma consciência coletiva. A partir dessa perspectiva, a formação continuada conquista espaço privilegiado por permitir a aproximação entre os processos de mudança que se deseja fomentar no contexto da escola e a reflexão intencional sobre as consequências destas mudanças.

A formação continuada desempenha então um papel primordial na promoção da educação antirracista contribuindo deste a ampliação de saberes históricos e sociais sobre o racismo, a desconstrução de estereótipos e preconceitos, assim como o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas e o fortalecimento do letramento racial, o que pode ser observado a partir dos diálogos propostos pelo e-book *Ensino Antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares* organizado por Mota (2021).

Um dos pontos centrais para a efetivação da educação antirracista a partir da formação continuada de professores é a implementação da Lei 10.639/03 no cotidiano escolar (Brasil, 2003). A Lei 10.639/03 deve ser ponto inicial para as discussões nos encontros formativos, sendo ela o pilar central para a garantia da inserção de conteúdos sobre o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos das instituições da educação básica (Brasil, 2003).

O estudo sistemático da lei é primordial, pois em várias instituições ela apenas consta nos projetos políticos pedagógicos e nos currículos para cumprir exigências, mas a mesma não é visualizada nas aulas ministradas pelos professores aos estudantes. Diante disso, como afirma Souza (2024, p. 1):

É preciso que os professores assumam a implementação da lei como determinação política e pedagógica e não preferência ideológica de ensino. Para que isso ocorra, é necessário que durante todo o ano letivo os professores desenvolvam práticas pedagógicas que envolvam a temática, desde brincadeiras até a musicalização.

A partir da formação continuada, é garantido que os professores precisam de momentos dedicados a estudos teóricos, para que compreendam a dimensão do racismo e do preconceito. No entanto, também se torna essencial que sejam apresentadas propostas práticas, por meio de experiências que possam ser desenvolvidas em suas turmas, como brincadeiras, jogos, contação de histórias, entre outras. Dessa forma, os professores passam a adquirir conhecimento sobre o tema e assim dispõem de recursos para incorporar práticas pedagógicas antirracistas em suas aulas.

Proposta de Formação Continuada no Norte de Mato Grosso

A formação continuada foi desenvolvida no mês de novembro de 2024 em uma escola da rede municipal de ensino, situada na região norte do estado de Mato Grosso. A escola atende estudantes do Ensino Fundamental – Anos Iniciais de 1º ao 5º ano. A formação foi idealizada a partir da análise do contexto educacional da escola, em que se constatou que muitos professores não desenvolviam atividades e/ou experiências de acordo com a Lei 10.639/03 e/ou alguns realizavam poucas práticas e tinham interesse em aprender mais sobre o assunto.

A partir desta análise a gestão escolar buscou parceria com o Núcleo de Estudos sobre Africanidades, Diáspora e População Negra “Neab Encrespar” da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/Sinop), para que este desenvolvesse um encontro formativo de 4 horas com os professores de Educação Física, Letras, Pedagogia. O Neab Encrespar se dedica a atividades de ensino, pesquisa e extensão, abordando temas relacionados à população afrodescendente e indígena, com foco em relações étnico-raciais, de gênero e contexto educacional, promovendo a equidade, a diversidade e combatendo o racismo e a discriminação racial.¹

A formação foi desenvolvida em duas etapas distintas, na primeira foi apresentada uma discussão teórica a partir de uma apresentação em *slide* sobre conceitos relacionados à educação antirracista e letramento racial, conforme é mostrado na imagem a seguir:

Imagem 1 – Discussão Teórica



Fonte: Arquivo dos autores (2024).

O estudo teórico também é uma base significativa para a formação de professores, pois a proposta não deve objetivar uma formação meramente técnica que discuta práticas sem um aprofundamento científico. Faz-se necessário explorar a ampliação do repertório de conhecimentos e saberes dos professores. Diante disso, discutir os conceitos de racismo e

¹ Link do perfil do instagram no Neab Encrespar: <https://www.instagram.com/neabencrespar/>

preconceito por meio de estudos teóricos é importante para que os professores compreendam de que forma isso se constitui na prática, além de conhecerem estudos que podem subsidiar suas ações pedagógicas.

Em corroboração a isso, Ferreira et al. (2022, p. 354) ressaltam que o estudo teórico é primordial para refletir sobre a prática docente, tendo em vista que a “teoria se articula com o conhecimento de forma a sistematizar as especificidades, esclarecendo que a prática é a constituição da teoria e, ao mesmo tempo, é capaz de formular ações concretas, podendo modificar e ser modificada”.

A discussão teórica proposta na formação possibilitou diálogos profícuos acerca de conceitos que atravessam a temática da educação antirracista. Com isso, os professores participantes trouxeram para o debate dúvidas e questionamentos sobre situações do cotidiano escolar, abordando pautas como a intolerância religiosa e o racismo ambiental. Esses momentos promoveram reflexões críticas sobre a ação docente de cada um, a partir da perspectiva de qual é o papel de cada professor na luta contra o racismo dentro e fora da escola. Alguns professores, inclusive, relataram situações de preconceito que vivenciaram ao longo da vida escolar, seja enquanto estudantes ou atualmente no exercício da docência.

Após a discussão teórica, os professores foram convidados a vivenciar algumas experiências pedagógicas antirracistas de forma lúdica, com a proposta de que posteriormente as implementassem em suas aulas. Essas experiências serviriam como ponto de partida para a criação de outros recursos e atividades.

A primeira prática pedagógica antirracista apresentada foi a brincadeira "Labirinto de Moçambique", realizada em duplas, conforme mostrado na imagem 2:

Imagem 2 – Labirinto de Moçambique



Fonte: Arquivo dos autores (2024).

Neste jogo os professores foram estimulados a desenvolver suas habilidades visomotoras e de concentração, sendo está uma brincadeira de competição em dupla. A seguir trazemos uma breve explicação de Silva (2018, p. 1):

Com uma pedra em uma das mãos, sem que o outro saiba, os jogadores colocam-se de frente um para o outro. Na casa inicial do labirinto são colocadas duas tampinhas de cores diferentes, sendo uma de cada jogador. O jogador que tem a pedra estende as mãos ao amigo, tendo este que adivinhar em qual das mãos a tampinha está. Se conseguir adivinhar, sua peça é deslocada para próxima casa do labirinto. Se o jogador errar, a peça de seu oponente é que irá avançar. O jogador que chegar primeiro na última casa do labirinto vence o jogo.

Durante a experiência com a brincadeira, os professores mostraram-se empolgados em competir entre si, buscando estratégias para vencer, o que se revelou positivo. Eles relataram que a atividade seria muito interessante para ser apresentada aos estudantes. Além disso, o jogo pode ser uma potente ferramenta para explorar a geografia e a cultura africana, a partir do contexto de Moçambique, considerando que um dos objetivos das práticas da formação foi incentivar os professores a vislumbrarem outras formas de adaptá-las para suas turmas.

A segunda prática apresentada na formação foi uma oficina de produção de bonecas *Abayomi*. Essa experiência tem como objetivo apresentar um saber ancestral e cultural que envolve o artesanato e a cultura afro-brasileira, por meio da confecção de bonecas feitas com retalhos de tecido, utilizando apenas nós, sem costura. De acordo com Santos (2019, p. 2), a oficina de bonecas *Abayomi* “envolve a confecção dessas bonecas através do manuseio de tecidos, nós e tranças que são necessários para que ela tenha um formato proporcional ao corpo humano. Para criá-la, não é necessário nenhum tipo de cola ou costura”. Abaixo pode ser observado um registro da oficina:

Imagem 3 – Boneca *Abayomi*



Fonte: Arquivo dos autores (2024).

A oficina de produção das bonecas possibilitou que os professores conhecessem de forma prática como promover e valorizar a cultura afro-brasileira, além de representar uma possibilidade de trabalhar outras formas de arte, para além do desenho. As bonecas são símbolo de resistência e preservação da cultura afro-brasileira, o que pode propiciar um estudo interdisciplinar com os estudantes, desde a pesquisa sobre as narrativas de origem da boneca até a produção artesanal da mesma.

Conclusões

A formação continuada sobre educação antirracista foi positiva, pois possibilitou a ampliação de saberes e conhecimentos por parte dos professores, desde o estudo da Lei 10.639/03 até a discussão de conceitos essenciais para compreender de que forma o racismo se manifesta no contexto escolar. Ao longo do processo formativo, os participantes puderam refletir criticamente sobre suas próprias práticas pedagógicas, o que contribuiu para a identificação das melhores estratégias para promover, de fato, uma educação antirracista na escola.

A incorporação de práticas pedagógicas antirracistas em sala de aula foi outro aspecto relevante. A partir da formação, os professores passaram a adotar novas estratégias e a promover experiências antirracistas, seja por meio de brincadeiras, jogos ou até mesmo por estudos voltados ao acesso do conhecimento sobre a cultura africana e afro-brasileira. De certa forma, foi possível perceber que os docentes passaram a ter um novo olhar sobre a temática, o que contribuiu para a desconstrução de preconceitos e concepções estereotipadas anteriormente (re)produzidas no cotidiano escolar.

Acreditamos que o desenvolvimento da formação representou apenas um ponto de partida para a transformação do currículo e das práticas pedagógicas a serem desenvolvidas nos próximos anos. Espera-se que a partir da formação essas ações se tornem permanentes e não fiquem restritas a datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra (20 de novembro) e/ou o dia da Abolição da Escravidão no Brasil (13 de maio). Por fim, destacamos que a partir das práticas desenvolvidas na formação a escola se torne um espaço cada vez mais acolhedor e inclusivo, onde os docentes respeitem a diversidade e atuem de forma crítica no combate a situações de discriminação, racismo e preconceito.

Referências Bibliográficas

ALVES, Samanta dos Santos. **Letramento racial crítico e práticas educacionais no ensino fundamental do município do Rio de Janeiro: a formação continuada de professores da sala de leitura e suas narrativas.** Dissertação (Mestrado) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2018.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

FERREIRA, Seila Sousa dos Santos; COSTA, Madalena Varzinha Ferreira Melo; COSTA, Vanda Elizete Vieira da; SILVA, Rita de Cássia Coronheira; BEZERRA, Valdenir Castro. Formação continuada: a relação teoria-prática de professores. Revista Humanidades e Inovação v.8, n.68, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2732>. Acesso em: 9 mai. 2025.

GALINDO, Mônica Abrantes; SOUZA, Carla Araújo de; PERALTA, Deise Aparecida; FONSECA, Dagoberto José; BARBOSA, Maria Valéria. **Curso racismo e educação antirracista.** Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) - Núcleo Negro para Pesquisa e Extensão Universitária (Nupe). São Paulo: Unesp, 2023.

MORAES, Rafaela Ramos de. **Trilhos da Alfabetização: por uma educação antirracista (Maranhão) / FGV DPGE.** - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

MOTA, Thiago Henrique. **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

NEVES, Jully; MARIANO, Tamara. **Cartilha de letramento racial.** IFTO — Instituto Federal do Tocantins, 2022.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. **A formação continuada de professoras e suas relações com a prática docente.** Dissertação (Mestrado) - da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999.

PEREIRA, Juliana do Nascimento; BATISTA, Wagner Roberto; MOURA, Leila Rendall dos Santos; GONÇALVES, Ana Maria da Silva; CLARO, Sushila Vieira; KNAK, Liane Diniz; GONÇALVES, Adriana Cristina Siqueira; MARCUCCI, Leandro. Formação docente e o letramento racial como mecanismo para uma educação antirracista. *Lumen Et Virtus*, São José dos Pinhais, v. XV, n. XLIII, 2024. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/2116>. Acesso em: 09 mai. 2025.

SANTOS, Caroline Lima dos. **Narrativas que cruzam o Atlântico: bonecas Abayomis e as histórias contadas por ativistas negras.** 2019. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.

SOUZA, Flávio Pentead de. **Reflexões sobre as relações étnico-raciais na Educação Infantil:** uma perspectiva a partir da Literatura Infantil. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 24, nº 33, 2024. Disponível em:
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/33/reflexoes-sobre-as-relacoes-etnico-raciais-na-educacao-infantil-uma-perspectiva-a-partir-da-literatura-infantil>. Acesso em: 9 mai. 2025.

VALENTE, Alana dos Santos; NORGES, Alessandra Liliane Nascimento; DUARTE, Áurea Helena Santos; SOARES, Celyne da Fonseca; GONÇALVES, Cristiane da Silva; KLOPPPEL, Helena Barriga Mutran; RICKMANN, Livia Oliveira; SOARES, Manuela Anthonelle Amaral; ALVES NETA, Maria da Conceição; DONATO, Paula de Jesus da Silva; SIMÕES, Paloma Sá Souza; VIANA, Rúbia Juliane Braga; SARDINHA JUNIOR, Ubiratan. **Projeto letramento racial:** como forma de combate ao racismo / Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Projeto Letramento Racial. - Belém: ICJ/UFPA, 2023.

VALENTE, G.; DANTAS, A. S. R. **Práticas docentes e relações étnico-raciais:** reflexos da sociedade brasileira. *Cadernos De Pesquisa*, 51, e07327. 2021. Disponível em:
<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/7327>. Acesso em: 09 mai. 2025.

VERAS, Renata; CHAVES, Erika; SILVA, Daiane; PRATES, Mariana; FERNANDES, Sheyla. **A inserção da educação para as relações étnico-raciais nos cursos de licenciatura da UFBA.** *New Trends in Qualitative Research*, 7, 2021. Disponível em:
<https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/320>. Acesso em: 15 abr. 2025.

WENGZYNSKI, D. C; TOZETTO, S. S. **A formação continuada face as suas contribuições para a docência.** In: Seminário De Pesquisa Em Educação Da Região Sul, 9., 2012, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: Anped, 2012. Disponível em:
<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2107/513>. Acesso em: 9 mai. 2025.